







TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O objeto trata-se da contratação, por **Dispensa de Licitação** de forma eletrônica, critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM** por item através do sistema de **REGISTO DE PREÇOS**, nos termos dos artigos 75º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. No período de **12 (doze) meses**. Para o fornecimento do objeto pretendido, de empresa especializada para locação de brinquedos infláveis, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	TOBOGÁ INFLÁVEL COLORIDO DEVIDAMENTE INSTALADO (DIMENSÕES 5,0X2,8X4,2M, EM LONA KP1000, REVESTIMENTO EM POLIÉSTER, 110 VOLTS, COM ESCADA) 	Und	10
	Duração média de evento é de 04 horas.		
02	TOBOGÁ INFLÁVEL (DIMENSÕES MÍNIMAS 4,5X2,8X4,0M, LONA KP1000, REVESTIMENTO EM POLIÉSTER, 110 VOLTS, COM ESCADA) 	Und	10
	Duração média de evento é de 04 horas.		
03	TOURO MECÂNICO COM COLCHONETE INFLÁVEL, 110 VOLTS, DEVIDAMENTE INSTALADO (DIMENSÕES 5MX5M).	Und	06

	 <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>		
04	<p>GUERRA DE COTONETES INFLÁVEL, 220 VOLTS, DEVIDAMENTE INSTALADO (O BRINQUEDO DEVERÁ CONTER BARREIRA DE PROTEÇÃO INFLÁVEL, BASTÕES DO COTONETE REVESTIDO DE ESPUMA, CAPACIDADE MÍNIMA 150KG, DIMENSÕES (C) 5,00M (L) X 5,00 X 1,20(A)M).</p>  <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>	Und	06
05	<p>CAMA ELÁSTICA (CAPACIDADE MÍNIMA 130KG, 4,30M DE CIRCUNFERÊNCIA, DEVIDAMENTE MONTADA, CONSTANDO TELAS DE PROTEÇÃO E ESCADA PARA ACESSAR O BRINQUEDO, ISOTUBOS E PONTEIRAS DE PROTEÇÃO, BEM COMO PROTEÇÃO DE MOLAS)</p>  <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>	Und	12
06	<p>PISCINA DE BOLINHA DEVIDAMENTE INSTALADA, COBERTA, COM REDE DE PROTEÇÃO (DIMENSÃO MÍNIMA 1,20X1,20, DEVERÁ SER INSTALADA SOB TAPETE DE EVA OU PISO ACOLCHOADO, A FIM DE AS CRIANÇAS NÃO TENHAM CONTATO COM O PISO BRUTO).</p>	Und	10

	 <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>		
07	<p>ALGODÃO DOCE - Locação de carrinho/máquina de algodão doce, com a distribuição de 1.000 unidades de algodão doce em cada locação, incluindo todo o material necessário e um monitor para fazer e distribuir.</p>  <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>	Und	12
08	<p>CANHÃO DE ESPUMA</p>  <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>	Und	10
09	<p>FUTEBOL DE SABÃO 6M X 12M - Futebol de sabão de aproximadamente 6m x 12m</p>	Und	06

	 <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>		
10	<p>MULTI PARK - Multi park de aproximadamente 4m de largura x 6m de comprimento x 3m de altura</p>  <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>	Und	06
11	<p>TOBOGÁ GRANDE COM PISCINA DE BOLINHAS - Tobogã grande com piscina de bolinhas de aproximadamente 4m x 8m x 5,90m</p>  <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>	Und	06
12	<p>CARRINHO DE PIPOCA - Locação de carrinho de pipoca, com a distribuição de 1.000 unidades de pipoca em cada locação, incluindo todo o material necessário e um monitor para fazer e distribuir a pipoca.</p>	Und	12



Duração média de evento é de 04 horas.

1.1. Para fins de definição do valor estimado e escolha da proposta mais vantajosa, serão considerados os valores apurados pelo Departamento de Compras, por ocasião da pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os quais servirão como parâmetro para a contratação por Dispensa de Licitação.

1.2. Considerando que a contratação atenderá demandas eventuais e conforme necessidade, os quantitativos estimados apresentados constituem-se em mera previsão dimensionada, não estando a Administração Pública obrigada a realizar a contratação em sua totalidade, não cabendo à empresa contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pela não utilização integral dos quantitativos previstos.

1.3. A presente contratação contribui para o planejamento administrativo e orçamentário, uma vez que permite a execução dos serviços ao longo do exercício, de forma parcelada e conforme a necessidade, especialmente em razão da ocorrência de eventos previamente programados e outros que possam surgir durante o período de vigência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação do serviço de locação de brinquedos infláveis tem como objetivo atender aos eventos culturais e recreativos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Sumidouro – RJ, tais como festas escolares, atividades comemorativas e ações de integração comunitária e eventos culturais.

2.2 A utilização dos brinquedos proporcionará momentos de lazer e socialização para as crianças participantes, favorecendo o desenvolvimento psicossocial, a interação com colegas e familiares, além de tornar os eventos mais atrativos e inclusivos.

2.3 Considerando o calendário de atividades da Secretaria de Educação e a necessidade de oferecer atrações adequadas e seguras, a contratação se faz necessária para:

- Garantir infraestrutura recreativa apropriada para o público infantil;
- Proporcionar segurança e qualidade nos equipamentos utilizados;
- Atender ao planejamento anual de eventos sem onerar o Município com custos permanentes de aquisição e manutenção;
- Cumprir as metas de integração educacional e cultural estabelecidas pela Secretaria.

2.4 A Secretaria Municipal de Educação de Sumidouro – RJ, no cumprimento de seu calendário anual de atividades, realiza diversos eventos educacionais, culturais e recreativos, voltados para a integração, socialização e desenvolvimento das crianças da rede municipal de ensino.

Para garantir o pleno êxito dessas ações, faz-se necessária a contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis, os quais promovem momentos de lazer, recreação e incentivo à participação das crianças, tornando os eventos mais atrativos e contribuindo diretamente para o bem-estar dos alunos.



Ressalta-se que, apesar da existência de decreto municipal de contenção de gastos, a presente contratação possui caráter essencial para a execução do calendário escolar, estando vinculada ao atendimento de eventos já previamente programados, com datas definidas, dentre eles o Carnaval, bem como outros eventos constantes neste processo.

Destaca-se ainda que não há tempo hábil para realização de procedimento licitatório completo, considerando os prazos legais e administrativos necessários para tramitação regular, publicação, fase de lances, julgamento e homologação, o que comprometeria diretamente a execução do calendário anual da Secretaria, gerando prejuízo às atividades planejadas.

Dessa forma, visando garantir a continuidade das ações previstas e evitar o cancelamento dos eventos, justifica-se a contratação por meio de Dispensa de Licitação, com a finalidade de assegurar o atendimento imediato das demandas, de forma pontual, proporcional e compatível com o interesse público.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, na sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Item, através do Sistema de Registro de Preços pelo período de 12 meses, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se ainda a pesquisa de preços prevista no art. 23 da referida Lei.

Os empenhos e ordens de fornecimento/execução ocorrerão conforme necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária, durante o período de vigência da Ata/contratação.

4.2. A presente contratação enquadra-se como solução simples, não sendo necessária a aquisição de outro produto ou serviço complementar para garantir sua funcionalidade, tratando-se de serviço plenamente executável de forma independente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.2. O contratado deverá atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

5.3. Caberá à Contratada a mensuração e fornecimento dos equipamentos e materiais necessários à plena execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais à Administração.

5.4. Caberá à Contratada o fornecimento de EPI's – Equipamentos de Proteção Individual – necessários à execução das atividades inerentes às contratadas, bem como a utilização de EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) de acordo com a legislação vigente.

5.5. Não será permitido a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.6. A contratada será responsável pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, alimentação, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.7. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato.

5.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da aplicação de materiais.

5.9. Os serviços devem ser prestados pelo período estipulado em cada futuro contrato e/ou termo equivalente.

5.10. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).



5.11. Os gastos relativos a fretes/carga e descarga serão de responsabilidade da Contratada.

5.12. Ofertar barraca de pipoca e algodão doce com profissional capacitado a exercer o serviço.

- As barracas de pipoca e algodão doce deverão apresentar alvará sanitário vigente.
- A fornecedora deverá apresentar antecedentes criminais de todos os profissionais disponibilizados.
- Todos os brinquedos devem obter a certificação do Inmetro.
- O fornecedor deverá atender as todas as normas da ABNT, NBR 15859.
- Instalar os brinquedos no mínimo duas horas que antecedem ao evento.
- Desinstalar os brinquedos no término do evento
- Retirar eventuais resíduos que possam gerar na instalação e desinstalação, mantendo o ambiente limpo e organizado.
- As datas dos eventos poderão ser reagendadas em caso de condições climáticas desfavoráveis, dentre outros motivos que impeçam a administração pública de realizar o evento.

5.13. Efetuar a prestação de serviço em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal contando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

5.14. A empresa contratada deve obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes

Subcontratação

5.15. Não é admitida a subcontratação parcial e/ou total do objeto contratual, sem o consentimento prévio da administração.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Mecanismos formais de comunicação

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.1.1 Ordem de Serviço;
- 6.1.2. Ata de Reunião;
- 6.1.3. Ofício;
- 6.1.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.1.5. E-mails e Cartas; smecsumidouro2009@yahoo.com.br.
- 6.1.6 Telefone; (22) 2531-2151

DETALHAMENTO/ ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

6.2 Os serviços deverão ser realizados por pessoal especializado. E quando necessário, aos sábados, domingos e feriados.

6.3. Os serviços deverão ocorrer em até 01 (um) dia corrido após a emissão da Ordem de Serviço, devendo ser finalizados no prazo estipulado no item 5.12.

6.4. O não cumprimento do disposto nas exigências supracitadas do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

6.5. Emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao serviço fornecido, de acordo com valor estabelecido em sua proposta, bem como encaminhar a Ordem de Serviço, juntamente com as certidões e demais documentos necessários à liquidação da despesa

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



7.2. Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:

7.2.1. Fiscal técnico/contrato: Kaua Condack Miyanishi, Matrícula nº 2.06.5314

7.2.2. Gestor do Contrato: Leandro dos Santos Cunha, Matrícula nº 25.06.5313

7.2.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.5.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os serviços serão aceitos provisoriamente, de forma sumária, no ato da realização, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado, nos termos do art. 7 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento



8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na sua forma ELETRÔNICA, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento por fornecer o MENOR PREÇO POR ITEM, permitindo que os empenhos e ordens de entrega aconteçam conforme necessidade da administração e disponibilidade orçamentária no **decorso de 01 (um) ano de vigência** da ARP.

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

9.10. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

9.11. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;

9.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (**CNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei nº 12.440 de 07/07/2011.



Qualificação Técnica

9.13. Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

10.1. Não se aplica.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação ou valor de referência para aplicação do **MENOR PREÇO** será o constante da planilha orçamentária anexa a este documento, conforme preconiza o item 1.2 do presente termo

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Locação de brinquedos infláveis: 1702 27 695 0007 2.015 33903900000-17040000

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Sumidouro, 04 de fevereiro de 2026.

<p>_____ Gestor do Contrato Leandro dos Santos Cunha Matrícula n. 25.06.5313 Dir. Departamento de Recursos Humanos</p>	<p>_____ Fiscal de Contrato Kaua Condack Miyanishi Matrícula n. 25.06.5314</p>
---	---

Autoridade Competente

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

MILENE RAPOSO DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.
Mat: 14.06.3565.